1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA FILOSOFIA, LETRAS  $\mathbf{E}$ CIÊNCIAS **FACULDADE** DE HUMANAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2013. Presidência: Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira convocação. **COMPARECIMENTOS:** Professores e Funcionários: Sergio França Adorno de Abreu, João Roberto Gomes de Faria, Fernando de Magalhães Papaterra Limongi, Elisabetta Santoro, Leopoldo Garcia Pinto Waizbort, Esmeralda Vailati Negrão, Sandra Margarida Nitrini, Daniel Puglia, Thais Regina Pavez, Alvaro de Vita, Fabio Roberto Lucas, Luciana Raccanello Storto, Sylvia Basseto, Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas, Marcelo Cândido da Silva, Vagner Gonçalves da Silva, Yuri Tavares Rocha, Fabio de Souza Andrade, Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi, Giuliana Ragusa, Laura Patrícia Zuntini de Izarra, José Antônio Vasconcelos, Giliola Maggio, Marlene Petros Angelides, André Roberto Martin, Reginaldo Gomes de Araújo, Shirley Lica Ichisato Hashimoto, Elias Thomé Saliba, Daniel Strum. Margarida Maria Taddoli Petter, Marcos Napolitano, Nadya Araujo Guimarães, Milton Meira do Nascimento, Maria Helena Machado, Gloria da Anunciação Alves, Antonio Sergio Alfredo Guimarães, Paulo Roberto Massaro, Paula da Cunha Correa, Maria Augusta da Costa Vieira, Paola Baccin, Roberto Bolzani Filho, Ricardo Ribeiro Terra, Valéria de Marcos, Ricardo da Cunha Lima, Olga Ferreira Coelho Sansone, Marilza Oliveira, João Azenha Junior, Valéria de Marco. Como assessores atuaram: Eliana Bento da Silva Amatuzzi de Barros (SCS), Vania Santos de Melo (ADM), Rosângela Duarte Vicente e Kely Mendes (ATAC), Maria Aparecida Laet (Biblioteca). JUSTIFICATIVAS: Maria Helena Rolim Capelato, Wagner Costa Ribeiro, Adriane da Silva Duarte, Iris Kantor, João Paulo Cândia Veiga. ORDEM DO DIA: PAUTA ÚNICA: CUMPRIMENTO DO SEMESTRE LETIVO. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Os alunos representantes discentes da graduação estão com os seus mandatos encerrados. Eles deveriam ter feito a eleição, não fizeram, mas irão fazer. Gostaria de pedir a permissão desta Congregação para que estes alunos participem desta reunião, participação que não lhes dá direito a voto ou a fala, podendo apenas fazer observações.". Após votação, a proposta foi APROVADA. Com a palavra, o aluno Inauê Taiguara disse: "Sou aluno da filosofia e eu irei passar o que foi decidido pelos alunos na assembleia do curso de filosofia. Os RDs da graduação não foram eleitos porque o processo eleitoral demanda muito esforço dos CAs, esforço que está sendo revertido na construção das atividades de greve. A posição da assembleia é que os alunos pedem reposição de aula e nós sabemos que isso cabe a vocês. Eles não querem ganhar frequência ou nota, eles querem fazer os cursos. O cancelamento dos cursos

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

não é do interesse de nenhuma das partes. Provas substitutivas talvez sejam um caminho, ou então o direito de fazer provas no tempo da recuperação.". Com a palavra, o aluno Gabriel Luis Scheffer Regensteiner disse: "Sobre a questão da perda do semestre letivo, todas as assembleias de curso se manifestaram no sentido do que o Inauê falou, não há interesse para ninguém em perder o semestre. Queremos achar uma solução mediada que seja melhor para todo mundo, e pretendemos conseguindo a reposição de aula da forma que for melhor para todos. Da parte dos estudantes, temos total disposição ao diálogo.". Com a palavra, a <u>aluna Paola Simoni De Zappa</u> Lopez disse: "Sou aluna do primeiro ano de letras e a carta que eu vou ler é dos alunos de letras. 'Prezados Professores. Há muitos alunos inconformados com a situação gerada pela atual paralisação organizada pelo CAELL e o DCE. O inicio da paralisação aconteceu sem qualquer consulta ao corpo discente. Até que o cadeiraço fosse montado, a maioria dos estudantes compareceu às aulas, demonstrando a sua vontade de continuar a rotina acadêmica. Essa maioria, no entanto, permanece agora oculta por medo, o comando de greve intimida e ameaça verbalmente e fisicamente. Reuniu um grupo de aproximadamente 200 pessoas, entre essas muitas têm dificuldades de, até mesmo, comparecer às Assembleias. Os pais dos estudantes, a fim de assegurar a integridade física e psicológica dos seus filhos, chegam a proibir a vinda dos seus filhos ao campus, houve até caso de internação de aluno por crise nervosa. Eu fui ameaçada fisicamente por um militante. É muito difícil lidar com movimento que recebe, claramente o apoio de partidos políticos. As Assembleias, principalmente do noturno, são compostas por muitos indivíduos estranhos ao ambiente acadêmico. Reivindicamos, reiteradamente, que a contagem de votos seja controlada, apelo que não surte efeito. Consegui junto à Diretoria uma lista dos alunos de letras para que uma consulta fosse realizada, mas sem o apoio do Centro Acadêmico é difícil divulgar um evento. Sabemos que o cadeiraço como forma de piquete é ilegal. Entramos em contato com o Ministério Público, mas sem uma representação oficial nada pode ser feito contra este ato de vandalismo, que é inconstitucional. Há professores que estão dando aulas sob ameaça. Nesses casos arrumamos as salas todas as vezes. Quem quer aula e não tem medo de enfrentar o Centro Acadêmico se dispõe a isso. Na discurso dos Centros Acadêmicos o corpo docente reprime e ameaça os alunos com trabalhos e provas, agora eles estão dizendo que é preciso lutar contra a ditadura da sala de aula, contra aqueles que nos ameaçam com a possibilidade da reprovação. Para muitos alunos que se esforçaram para entrar na USP e querem a garantia do seu direito de assistir às aulas, a maioria entende que a sala de aula é um privilégio. É preciso agir para encerrar esta paralisação, bem como criar ferramentas para que os Centros Acadêmicos percam a sua força de coerção e sua eficácia. Se medidas profiláticas não foram tomadas, seremos mais uma vez

69

70

71

72

73 74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

pegos de surpresa. Não podemos permitir que este círculo vicioso seja encarado como normal dentro da Faculdade. Neste sentido, estamos nos organizando. Solicitamos orientação e apoio para encerrar esta paralisação e contornar, na medida do possível, os efeitos negativos gerados por ela.".Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Quero fazer algumas considerações iniciais. Devo comunicar que eu estou na Comissão de Negociação que foi criada por uma portaria do Reitor. A minha participação e a da Margarida, diretora da ECA, foram solicitadas por nós, dado que as nossas unidades congregam grande número de alunos e como estamos com forte paralisação, achamos que a nossa presença seria importante para a mediação do conflito. Tivemos cerca de 5 ou 6 reuniões, e na primeira delas havia o que se chamou de demanda/exigências condicionantes, que eram quatro: eleições diretas, a questão da estatuinte, religação da água e luz do prédio da reitoria, punições aos estudantes. Conseguimos dar uma primeira resposta para três das quatro questões, mas não conseguimos dar uma resposta satisfatória sobre a questão da punição dos estudantes porque já haviam sido decretadas há dois anos atrás e estavam em fase judicial e não estão mais na competência da universidade para fazer alterações. A partir disso, recebemos uma lista de demandas, a discussão evoluiu durante as próximas três reuniões, e conseguimos chegar a um termo de acordo que foi considerado uma conquista, mas que dependia da aprovação da Assembleia dos Estudantes do dia 31 de outubro, o que não ocorreu. Depois deste momento houve um recuo da reitoria por razões políticas sobre uma das demandas mais importantes do movimento estudantil, que é a reforma da estatuinte. Tínhamos feito um enorme exercício de negociação que nos parecia englobar outras demandas de democratização da universidade, mas o timing, entre uma assembleia e outra, fez com que a proposta da estatuinte fosse retirada do acordo. Eu fiz todo o empenho para que aquele acordo fosse mantido tal como havia sido firmado, era o máximo que se poderia alcançar e seria uma reconhecida conquista do movimento estudantil. O documento não foi aprovado na Assembleia do dia 6 de novembro e eu considerei a minha participação encerrada na Comissão, pois o que eu podia contribuir para a Comissão já tinha sido feito. Neste período eu recebi muita pressão para que eu desse algum parecer sobre o que seria feito do semestre e qual era a posição da diretoria a respeito disso. Um dos termos mais importantes do acordo que não foi assinado era o esforço da Comissão para evitar o cancelamento dos cursos, decisão que não cabe ao diretor de unidade, mas ao Conselho de Graduação. O acordo é que faríamos gestões junto à Pró-Reitoria de Graduação, que é quem intermedeia com o Conselho de Graduação. Fui questionado que ao não tomar posição, a diretoria estaria prevaricando. Alunos mandaram correspondências e algumas delas diziam que a diretoria não estava cumprindo as suas obrigações. Conversei com alguns professores e houve uma miríade

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

de situações. Os docentes não estavam de greve, estavam disponíveis para ministrar as disciplinas, mas muitos não conseguiram por impedimento de acesso à sala de aula. Alguns conseguiram, devido a arranjos pessoais junto aos alunos. A pós-graduação, pelo que sei, não teve as atividades interrompidas, irei averiguar. Houve situações distintas para a graduação: Aulas ministradas; Aulas não ministradas. Docente não se predispõe a repor; Aulas não ministradas. Docente se predispõe a repor. Precisamos lembrar que a forma de organização do trabalho na USP tem mudado muito, principalmente em decorrência da internacionalização e dos acordos firmados com as universidades estrangeiras. A paralisação prolongada afeta muitos destes compromissos internacionais, inclusive muitos professores utilizam janeiro para cumprir estes acordos no exterior, com pesquisa e seminário. Há o caso dos convênios de intercâmbio, o que é complicado, porque os intercambistas possuem data para o retorno ao país de origem, e eles devem voltar com as disciplinas que fizeram aqui concluídas e aprovadas. Eu fui pressionado por algumas universidades, disseram que os acordos deveriam ser revistos, pois eles argumentavam que é necessário ter um plano b para os alunos intercambistas em caso de greve. O CTA expediu uma recomendação à CCInt e à CG para que eles elaborassem um plano de assistência acadêmica, principalmente para aqueles que devem terminar as disciplinas até 20 de dezembro. Temos que levar em conta que atualmente temos muitos professores jovens, em decorrência da reposição de professores aposentados, que possuem família e filho pequeno, e que por estes motivos se organizam para tirar férias em janeiro. Precisamos levar em consideração tudo isso quando formos fazer um plano de reposição. Pelos nossos cálculos, o semestre letivo poderá ser estendido até o dia 20 de dezembro. Teríamos algumas perdas, mas seria viável". Com a palavra, a Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão disse: "seja qual for a decisão desta Congregação pretendo segui-la. Dentro destes 25 anos de USP, e tendo passado por diversas greves, percebo que a qualidade dos cursos são prejudicadas. Ano após ano, nos comprometemos a repor aulas. Entendo que a reposição não é a solução. Gostaria de ter compromisso com os alunos e possibilidade de discussão. Não vejo a bandeira da qualidade dos cursos da graduação como bandeira dos alunos. Dou aula de elementos de linguística e tenho sérios problemas. Temos que firmar compromisso para a discussão, em termos de encontrar bandeiras de lutas que não envolvam violência como o bloqueio às salas de aulas e cursos prejudicados". Com a palavra, o Prof. Dr. João Azenha Junior disse: "tenho questões mais concretas: 1) há perspectiva positiva em término da greve em pouco tempo? 2) o dia 20 de dezembro é o término das notas no Jupiter? Seria também o prazo para os intercambistas? e 3) há compromissos assumidos pelos docentes no mês de dezembro e por ultimo as merecidas férias de janeiro". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Os compromissos assumidos pelos

137

138

139

140

141142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

docentes devem ser saldados. Por quê? Porque não estamos cancelando o curso, ou as participações em eventos fora do país. Temos que estudar caso a caso. Agora, sobre as férias, devemos cumpri-las, mas temos que ver caso a caso, agrupando as situações semelhantes. Caso haja professores que queiram adiar as férias para repor em janeiro, é possível, mas se houver professores que têm compromissos, pessoais ou profissionais, também é possível a não reposição em janeiro. Vai ser uma engenharia difícil de ser feita, mas teremos que fazê-la. Temos que lembrar que a docência não é só a aula, também tem pesquisa, viagens.". Com a palavra, o aluno Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas disse: "Gostaria de ressaltar alguns pontos e colocar uma questão para a reflexão. Não vou entrar na avaliação sobre a greve, não vou defender ou acusar. As manifestações dos colegas da graduação, embora tenham divergências na avaliação da greve, ambos defendem a necessidade da aula, e dela com qualidade. Eles vieram fazer esta solicitação. Gostaria de apontar a convergência e salientar pedido. é este Outro ponto conversar com depoimento da professora Esmeralda. ACRESCENTAR DEPOIMENTO DA PROFA. ESMERALDA. Acho que o movimento estudantil pode ser acusado de diversos erros, mas por outro lado os estudantes estavam tentando negociar. A greve foi fruto de uma tentativa de negociação com o CO, pois os RDs foram impedidos de retornarem para a reunião. Houve uma movimentação anterior. Sou diretor da PG e nós protocolamos documentos pedindo reunião com o reitor e com as comissões. Temos dificuldade de ter uma resposta respeitosa das nossas solicitações. Estes atos que parecem irracionais para quem está de fora é um ato desesperado de fazer alguma ação ser ouvida. Queria saber como é possível sintetizar os dois itens que foram expostos pelo professor Adorno nos slides, nos itens c e d, qualidade das aulas e eventuais reposições das aulas com a possibilidade de cada docente decidir como será feito isso. Eu sei que vocês, professores, não estão em greve, mas eu gostaria que tentássemos levar em conta esta questão para que não fique uma coisa totalmente arbitrária. Não podemos tratar da questão da qualidade no abstrato.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Quero fazer um esclarecimento. Quando eu me referi à autonomia docente, isso não quer dizer que cada um irá fazer do seu modo como bem entender. Estamos respeitando as singularidades das situações, mas as comissões de graduação, conjuntamente com as chefias dos departamentos, ao planejarem, devem colocar alguma ordem razoável nestas situações. Vamos fazer um esforço para caracterizar duas ou três situações que permitam ao conjunto dos docentes se adequar a elas. É um exercício difícil o da conciliação, mas cabe a nós encontrar uma solução intermediária.". Com a palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: "Eu quero lembrar que temos um princípio maior a defender, o que foi bem expresso pelo juiz Adriano ao dizer sobre a redução de danos. Todos nós

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

gostamos da USP e queremos que ela seja reconhecida como a melhor universidade da América Latina, e este cenário conturbado não favorece este reconhecimento. Temos que reconhecer que na semana passada estávamos envoltos num acordo de paz, mas agora estamos tentando apenas um acordo de cessar fogo. Não vejo outra alternativa a não ser suspender a greve o mais rápido possível, e começar as reposições. Neste momento o recrudescimento e uma tensão que se criou é devido a acordos que não foram cumpridos, o que é grave. Assim, a situação dos estudantes fica complicada. Seria uma demonstração de maturidade os alunos saírem de greve com a cabeça erguida, e eles devem se preparar para novos embates. Estou aqui há quarenta anos e só agora eu vejo alguma alteração do estatuto e do regime disciplinar e, mesmo assim, postergamos para daqui 4 anos a escolha de um reitor de modo um pouco mais democrático. Caso a ideia do menor dano possível seja válida, vamos fazer um esforço para encerrarmos a greve e repormos as aulas. Temos que sensibilizar os nossos colegas que estão resistentes com a reposição, precisamos caminhar no sentido da pacificação da comunidade.". Com a palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: "Quero prestar solidariedade à colega Esmeralda, pois ela expressa o que todos nós sentimos sobre a constante interrupção do trabalho acadêmico aqui na USP, aula e pesquisa ficam prejudicadas. Podemos tentar, seguindo a recomendação do menor dano, tomar decisões sobre certas medidas gerais, como a não postergação das reposições para além de 17/02. Acho que podemos adotar algumas regras gerais, caso contrário iremos bagunçar os próximos semestres. As federais fizeram isso e elas estão lutando já há algum tempo para ficar em dia com o ano letivo. Não podemos postergar este semestre para além do início do próximo. Das medidas que estava no slide, não podemos considerar um curso com menos do que 12 ou 13 aulas, mesmo assim haverá perdas. É importante manter a competência do professor na decisão de repor ou não aulas, mas é obvio que as Comissões de Graduação e as chefias de departamento poderão conversar com os professores caso se percam cursos, apesar do direito deles de dizer não. Nossa conta com relação às semanas de aula é um pouco diferente. Caso consideremos esta semana, e eu espero que os alunos voltem para a aula ainda esta semana, teremos quatro semanas de aula até o prazo de 10 de dezembro e seis semanas de aula se considerarmos até o dia 21/12, sábado. Falo sábado porque em reunião do DS os professores disseram que poderiam eventualmente repor aulas neste dia para substituir os feriados, pois está no poder da unidade suspender os feriados. As situações de cada disciplina são muito diferentes, como foi dito nos slides. Eu sugiro que as Comissões de Graduação de cada curso avaliem cada caso, pois eu acho que é difícil que a Congregação tome decisões deste tipo. Sugiro, a par das três questões, não postergar o semestre letivo, preservar a autonomia dos professores e considerar 12 ou 13 como mínimo necessário para que o curso

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

seja aprovado, que nós remetamos à Comissão de Graduação para que eles organizem o trabalho didático.". Com a palavra, a Profa. Marli Quadros Leite disse: "Eu me solidarizo também com a Esmeralda. Muitos professores cobram posições e dizem que o cadeiraço é uma violência muito grande. Muitos cobram a reposição e têm muita preocupação com isso. Uma parcela grande do DLCV não aceita a ideia de reposição. O Prolongamento do calendário eu acho que eles vão aceitar, pois cada professor pode se adaptar. Tivemos reunião na sexta feira e esta ideia foi aceita. Há docentes que têm dado aula, mas alguns alunos não estão frequentando os cursos e os docentes não aceitam dar aulas a mais para complementar a quantidade de aulas que os alunos precisariam. Esta situação não foi contemplada nos itens expostos, mas é uma situação difícil. Isso quer dizer que o docente irá completar o curso no tempo regulamentar, pois o CTA soltou aquele comunicado e alguns docentes conseguiram trabalhar alguns conteúdos encontrando os alunos em espaços extraoficiais. Podemos ter problemas mais tarde, pois alguns alunos podem ser reprovados, por isso a nossa decisão deve ser muito segura.". Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: "Apoio a proposta do Brasílio. Eu quero expor uma preocupação que é minha e de alguns colegas que dividem o mesmo curso comigo. Temos cada um 150 alunos, não conseguimos dar as aulas e não temos nenhum instrumento de avaliação até agora. A minha preocupação é muito prática, pois se a greve termina e as aulas forem retomadas, eu me sinto contemplado com as propostas apresentadas, como a de prorrogar as aulas até 20 de dezembro. Mas e se a greve não acabar? Eu preciso de umas três ou quatro semanas não só para concluir o curso, mas para fazer alguma avaliação, pois não tenho uma nota para atribuir aos alunos. Eu escrevi aos meus alunos, não em tom de ameaça, dizendo que eu não tinha como inventar nota. Caso as aulas retornem agora, a proposta do Brasílio é excelente, mas se elas não voltarem, não terei como inventar nota, o que acarretará que eu terei que reprovar a turma inteira. Tenho dois colegas na mesma situação, somando são 750 alunos. Nós não sabemos o que fazer. ". Com a palavra, a Profa. Marli Quadros Leite disse: "Gostaria de lembrar um problema crucial para os alunos de letras, que é o ranqueamento, pois teríamos que ter as notas logo no inicio de dezembro. Precisamos pensar sobre isso, não sei se a Comissão de Graduação pode apresentar uma solução". Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: " Eu gostaria de ponderar o seguinte. Estamos cansados da repetição de uma situação que vem se repetindo desde 2007 e posso compreender estes apelos bastante carregados de revolta dos professores. Gostaria de lembrar que grande parte dos alunos da graduação está vivendo isso pela primeira vez, diferentemente de nós. Precisamos fazer um esforço para não cancelar o semestre, tanto por esta maioria de alunos que estão chegando e que não sabem que podemos cancelar o semestre. Grande parte dos alunos, como no

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

depoimento da aluna, ainda não encontrou uma forma de se organizar politicamente, o que evitaria decisões tão centralizadas. Eu me sinto comprometida em cumprir o que foi acordado com os alunos, ainda que não tenhamos assinado o documento. Precisamos mais do que nunca ter a faculdade coesa, o que não quer dizer que tenhamos divergências. Temos que garantir a autonomia de alguns professores que já assumiram compromissos. Podemos cogitar a possibilidade de docentes cobrirem as aulas de seus colegas que estejam impossibilitados de repor. Perdemos o compromisso institucional de relações solidárias, o que era muito diferente alguns anos atrás.". Com a palavra, o Prof. Fernando de Magalhães Papaterra Limongi disse: " Por mais que eu me solidarize com a Esmeralda, o Sergio encaminhou bem ao dizer que este não é o momento de discutir estas questões, precisamos encaminhar o semestre. Temos uma proposta concreta sobre a mesa, a do Brasílio. Queria saber se temos alguma outra proposta, ou se podemos votar a proposta do Brasílio.". Com a palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: "Na verdade, esta é uma proposta que surgiu depois de uma longa discussão no CTA que durou quatro horas e meia. Todas as Comissões de Graduação, que é quem vai organizar o processo de reposição, pedirão para a diretoria que as aulas sejam repostas. Na verdade, é melhor colocarmos 'estender o semestre' do que reposição. Fora as três condições que eu mencionei há pouco, para conseguirmos viabilizar esta empreitada, temos que delegar para as Comissões de Graduação dos cursos, conjuntamente às Chefias dos departamentos, o planejamento da continuidade do semestre e extensão do semestre que ocorrer. As Comissões levarão em conta as situações diferentes, tanto de atitude dos professores, pois alguns conseguiram dar aulas, como nas diferenças que existem entre as disciplinas.". Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: "Entendendo que não é este o espaço para fazer avaliações sobre a greve, irei me abster de considerações pessoais e vou fazer duas perguntas. Como se chega a este número de 12 ou 13 aulas, é sobre um cálculo legal? Não deveríamos pensar em flexibilizar a data de entrega das notas da primeira avaliação? Pois se estamos pensando em adiar a primeira parte até pelo menos até o dia 20 de dezembro, me parece haver incongruência nas datas previstas para a primeira avaliação.". Com a palavra, a Profa. Sylvia Basseto disse: "O tempo ideal são 15 semanas, mas em outra ocasião que isso foi discutido aqui, o Hilton disse que são tantas aulas quanto couber, num semestre, conforme o dia da semana. Pode haver mais ou menos aulas do que 15. Porém, o número ideal acompanha a carga horária do curso.". Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: "Mas existe um número mínimo?". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Existe. Todo ano a Pró-Reitoria de Graduação baixa uma resolução, a partir de uma determinação do Conselho de Graduação, que fixa os dias da semana letivo no semestre, o que estabelece a média do número de semanas. Quando um dia da semana

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

tem muitos feriados, as disciplinas deste dia terão menos aulas.". Com a palavra, o Prof. João Azenha Junior disse: "Tivemos na discussão do CTA a questão de como nós imaginamos que uma decisão da Congregação possa preservar a qualidade dos cursos. Como temos a compreensão de que os alunos podem ter 30% de falta num curso, este é um critério qualitativo, não é meramente técnico.". Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: "Na proposta do professor Brasílio, quando você fala das Comissões de Graduação dos cursos, você não está falando da CG, são as CoGs?". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Isso. As Comissões devem estudar as melhores situações possíveis para cada caso.". Com a palavra, o Prof. João Azenha Junior disse: "Gostaria de saber se a Rosângela conseguiu uma redação, ainda que provisória, para que ela possa colocar no slide, possibilitando que conversemos em cima de um texto.". Com a palavra, a Profa. Valéria de Marcos disse: "Com relação à questão das 12 semanas de aula, iremos fazer a conta sobre as faltas e a proporção delas sobre as 12 aulas. Estamos contando o curso com o mínimo. 70% é a frequência dos alunos, mas há alunos que já faltaram, o que muda o quadro.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "O problema que estamos acordando aqui é o patamar mínimo, caso alguém consiga dar as 15 semanas, ótimo. Segundo este patamar, queremos concluir até o dia 20 de dezembro. Mas existe a possibilidade da reposição, e o professor pode repor. Estamos estabelecendo o patamar mínimo para que os professores possam conversar com as Chefias de Departamento para fazer o planejamento o mais rápido possível. Caso estabeleçamos o patamar mínimo de frequência em 12 aulas, devemos calcular a frequência sobre este patamar. Estamos nos esforçando para não cancelar os cursos, pois o problema do cancelamento é a impossibilidade real de poder cumprir o mínimo dentro do prazo estipulado. No caso da greve continuar por mais duas ou três semanas, o curso é inviabilizado, pois não teríamos a oportunidade de dar nem 50% do curso. Estamos trabalhando com a hipótese de que não haverá cancelamento.". Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: "Frisando esta conta, no curso de letras tivemos aula regularmente até a primeira semana de outubro. Caso a greve termine nesta semana e as aulas voltem na semana que vem, até o dia 21 de dezembro teremos 15 semanas de aula. Para quem quiser fazer a retomada do semestre, para os docentes que quiserem continuar e foram além do termino previsto no calendário regulamentar, haverá a complementação deste montante ideal de 15 semanas, desde que a greve termine esta semana, depois disso não se sabe.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Vamos projetar a proposta no telão. São quatro itens: 1 – não postergar o semestre, retomar as aulas e estendê-las até 21/12 (incluir na extensão das aulas os sábados e a possível supressão dos feriados); 2 – o mínimo de aulas efetivamente dadas para não anular as disciplinas deve ser de 12 ou 13 semanas, dependendo do dia da semana do curso respectivo; 3

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

- competência de cada professor para decidir retorno ou não das aulas; 4 - delegar às coordenações de cada curso de graduação, junto à chefia do departamento, o planejamento da extensão do semestre.". Com a palavra, o Prof. Fabio de Souza Andrade disse: "Gostaria de sugerir que acrescentemos um quinto item, que seria a criação de uma gestão de flexibilização do calendário de entrega da primeira avaliação, pois para o caso do curso de letras isso vai ser necessário devido às disciplinas que compõem o ciclo básico e a hierarquização.". Com a palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: "Eu acho a proposta boa, mas eu tenho preocupação com o item três, pois isso pode acarretar muitas reprovações por falta e nós tivemos um problema sério com isso há pouco tempo atrás. Não podemos forçar o professor a fazer o que ele não quer, mas acho importante recomendarmos que não haja reprovação por falta.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Na verdade, se as aulas retornarem na semana que vem, não teremos este problema. A reprovação será pela não frequência regular e não porque o aluno deixou de frequentar a aula por motivo de greve. Mas isso é possível de acontecer. Acho que deve haver o esforço e a competência das Comissões para dialogar, para que possamos sair desta greve sem muitos prejuízos.". Com a palavra, o Prof. Marcos Napolitano disse: "Como o texto vai ser amplamente divulgado, seria interessante ele ter um pequeno preâmbulo que contenha uma redação que especifique que a nossa proposta não é uma coação para o fim da greve, pois ela ainda não acabou. Temos que dizer que estamos trabalhando com um suposto cenário, mas que se a greve não acabar iremos nos reunir novamente para discutir a nova situação. Temos também que deixar claro que a eventual reprovação por faltas acontecerá sobre as aulas dadas. Reprovar grevista é uma atitude política.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Acho o preâmbulo justificável, pois não estamos julgando a greve. Nós estamos tomando uma atitude política, e aquelas pessoas que tomarem a decisão de reprovar, eu lamento, mas elas também estão tomando uma decisão política. Eu quero garantir que evitemos o problema que passamos por aqui pouco tempo atrás, problema que foi muito grave. Eu quero garantir a pluralidade e quero respeitar a divergência. Como iremos administrar esta divergência e respeitar uns aos outros, este é o segredo que temos que desvendar.". Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: "Fui contemplada com a fala do Marcos, pois temos que deixar claro no documento que nós não estamos partindo do pressuposto de que a greve acabou, porque ela ainda não acabou. Devemos lembrar que as Comissões e as Chefias vão decidir, mas o nosso documento irá orientar as decisões locais, por isso é importante que cuidemos dos detalhes.". Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: "Fui contemplada com as duas últimas falas. Gostaríamos de solicitar, pensando que este documento vai orientar as decisões, a alteração da redação do primeiro item, ao invés de 'não

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

postergar o semestre', colocar 'não avançar no próximo semestre', já que o espírito da proposta é a flexibilidade. Outra questão é sobre o item 3, pois achamos que repor ou não as aulas não deve ser delegado apenas à competência dos professores, achamos que isso não deve estar explicitado na carta. Acreditamos que a decisão dos professores deve estar vinculada com o que for decidido nas Comissões, pois as decisões devem ser coletivas, quando o caso for de reprovação. Gostaríamos de não partir de uma proposta positiva como esta sem que tenhamos um princípio mais enfático de reposição de aulas já anteriormente definido.". .". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Eu não entendi, você pode explicitar outra vez?". Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: "Pelo que nós entendemos, o princípio que está sendo proposto para a carta é a de reposição de aulas.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Não é isso. O professor tem autonomia docente, mas ela é relativa, pois ele deve observar algumas coisas, como o calendário escolar. Estamos tentando respeitar e garantir as diferenças. Estamos acenando para que se a greve terminar agora, nós conseguiremos terminar o semestre até 21 de dezembro. Mas poderá haver professores que não queiram repor e nós vamos ter que aceitar estas posições, ainda que façamos forte apelo para que haja reposição.". Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: "Não queremos retirar o item três, queremos que esteja explicitado que depois dos esforços que temos feito, a reprovação seja um último recurso. Caso o docente tome a decisão de reprovar, ele apenas vai comunicar a Comissão, ou a decisão está vinculada a ela?". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "A iniciativa da decisão é do docente e a Comissão vai apenas administrar. Nenhuma decisão vai ser imposta. Temos que estabelecer princípios, e é isso que estamos fazendo. Os professores vão tomar as suas decisões, vão comunicar suas propostas às Comissões e ela vai elaborar alguns princípios com as diretorias, formando uma posição institucional.". Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: "Gostaria de um esclarecimento. O Brasílio, se não me engano, comentou que no item quatro poderia haver uma recomendação das Coordenações, o que não anula as decisões individuais dos professores. Me parece importante que esta recomendação esteja presente na redação do item quatro, não apenas o delegar às Coordenações o planejamento da extensão do semestre, mas atribuir a ela a recomendação a respeito da posição, deixando claro que cada professor vai decidir o que quer fazer.". Com a palavra, o Prof. Brasílio João Sallum Junior disse: "O que estamos fazendo aqui? Estamos reunidos para tentar salvar o semestre, o que pressupõe uma suposta boa vontade mútua. Eu sei que os alunos que estão aqui não podem garantir o fim da greve, mas nós esperamos que ela termine o mais rápido possível, pois a sua continuidade vai se tornar uma impossibilidade. Na semana passada nós já tínhamos montado um esquema de reposição no DS, e nós o trouxemos para o CTA. Não estamos obrigando os alunos a sair da

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

greve, mas estamos esperando que eles saiam. Precisamos ter o mínimo de boa vontade e saber que as Comissões de Graduação e as Chefias vão pedir aos professores que estendam o semestre, porém não podemos obriga-los a isso.". Com a palavra, a Profa. Giliola Maggio disse: "Eu e o professor Paulo, diretor do Centro de Línguas, queremos colocar uma preocupação, pois incluir os sábados no calendário de reposição pode gerar conflitos de horário com alguns cursos ministrados pelo Centro de Línguas e pela Cultura e Extensão aos sábados. É só uma preocupação.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Está registrado. Acho que esta situação só acontecerá na pior das hipóteses.". Com a palavra, o Prof. André Roberto Martin disse: "Como este é um documento político e que vai alcançar alunos que ainda estão em greve, acho que no item três podemos mudar a redação com a seguinte recomendação, 'recomenda-se evitar a reprovação por faltas, mas cabe a cada professor decidir repor as aulas ou não'. Assim, evitaremos problemas com os alunos". Com a palavra, o Prof. Marcelo Cândido da Silva disse: "Concordo que este é um documento político, mas como o Fernando falou muito bem, este é um documento de consenso. O máximo que pode ser feito está sendo feito, e o dado fundamental é que os alunos ainda estão em greve. Nós não temos que sinalizar coisa nenhuma, pois quem tem que decidir sobre a greve são os alunos. O que temos que fazer é planejar o fim do semestre, e é o que estamos fazendo aqui.". Com a palavra, o Prof. Fernando de Magalhães Papaterra Limongi disse: "Eu acho que o item um pode ser o preambulo, é só alterarmos a ordem das frases. Retomar as aulas é a nossa recomendação aos alunos, não postergar o semestre vem no final.". Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: "Eu tenho uma proposta de redação para este 'postergar'. 'Não postergar o fim do atual semestre letivo para além do inicio do primeiro semestre de 2014', que deve ser colocado no final.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Eu acho que são duas situações: uma é o esforço para terminar o semestre até o dia 21 de dezembro; outra é o esforço para que caso haja reposição, que ela não alcance o início do próximo semestre letivo, são duas coisas diferentes.". Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho disse: "Sobre a redação do item um, pessoalmente eu acho que não devemos falar em postergar, porque isso é mais obscuro do que claro. Dizer que retomar as aulas, estendendo-as até dia 21 de dezembro, caso esta data seja a data limite, deve ficar claro que esta é a data possível independentemente de guando a greve acabe. Se isto foi dito com clareza, já está dito que não haverá aulas do segundo semestre de 2013 no primeiro semestre de 2014. Acho que esta é a maneira mais razoável de dizer isto. Para ficar bem claro que estamos trabalhando com uma hipótese, temos que dizer que agora temos 6 semanas de aula, mas não sabemos guando a greve vai terminar. Por isso, eu diria 'retomar as aulas e estender impreterivelmente até 21 de dezembro, o que significa, neste momento, que

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

temos mais 6 semanas de aula.'. Eu não diria mais nada sobre postergarmos o semestre, pois já estamos postergando-o.". Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: "Eu acho, por ser um texto da Congregação, que fica estranho falarmos 'retomar as aulas'. Ela está dizendo isso para quem? Para um coletivo que não depende dela. A Congregação está tomando uma decisão de estender o calendário escolar, face aos acontecimentos. Acho que o termo retomar é um imperativo sobre o qual não temos controle. O que a Congregação pode deliberar é que o calendário letivo está sendo estendido até o dia 21 de dezembro. Acho que podemos retirar o impreterivelmente do texto, uma vez que pode haver casos de reposição de aula em janeiro, o que vai depender de cada professor.". Com a palavra, a Profa. Gloria da Anunciação Alves disse: "Como eu entendo que há uma tentativa de não cancelar o semestre, no item três eu vou falar em função do meu departamento, pois no trecho 'é da competência de cada professor para decidir repor ou não as aulas', desde que se considere o item dois, se não corremos o risco de cursos com menos de 12 aulas serem concluídos, o que não é legal. Acho que tem gente que não vai entender se não especificarmos esta questão.". Com a palavra, o Prof. Leopoldo Garcia Pinto Waizbort disse: "O professor que se dirigiu durante todas as semanas de greve até a sua sala de aula e protocolou junto à Chefia do seu departamento, conforme foi orientado pelo CTA, e foi impedido de dar aula, conta como aula dada? O professor pode entender que sim. Estamos na 14ª semana de aula, salvo engano. O professor que fez isso, o que nós consideramos, que as aulas foram dadas? Acho que a redação do item três deve ficar do jeito que está porque ela contempla esta situação, pois nestes casos o professor pode terminar na data normal da disciplina, o que o habilita a terminar o seu curso no final de novembro. Vamos supor a seguinte hipótese: o professor tem no seu calendário o termino da disciplina no final de novembro com 16 aulas dadas, mas ele foi impedido, a partir de oito de outubro, de ministrar suas aulas, mas ele considera que as aulas foram dadas, o que não aconteceu porque ele foi impedido de chegar na sala de aula devido ao piquete. Eu entendo que estas aulas devem ser consideradas como dadas, por isso eu discordo da posição do professor Marcos, porque o termo 'aula efetivamente dada' é uma introdução ruim já que ela permite ambiguidade. Eu acho que a redação deve ficar do jeito que está porque ela contempla esta possibilidade que eu mencionei". Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: "Eu descordo disso. Esse assunto foi discutido uma ou duas sessões atrás, e ficou decidido por quase unanimidade que só poderíamos considerar como aula dada aquela que foi efetivamente dada. Não podemos acolher a sua proposta dois meses depois de termos decidido por uma coisa diferente. Se a proposta é de conciliação e de solução do semestre, acho que esta proposta incendeia a faculdade e pode dar margem para uma discussão entre alunos e professores e entre

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

os próprios professores, como já presenciamos aqui. Não é o momento de acolhermos este tipo de proposta. Apostando na retomada das aulas, nenhum professor vai deixar de dar menos de doze aulas. Considerar isso agora é botar gasolina no fogo.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Há um detalhe. O que foi decidido aquele dia é que aquela decisão se aplicava a aqueles três requerimentos, que não eram jurisprudência ao conjunto da Faculdade. Não podemos estender aquela decisão como decisão normativa, pois ela foi falada como argumento favorável aos requerentes. Eu entendo o seu argumento, mas não podemos recortá-la como normativa, ela foi fruto de um processo em função daqueles três casos específicos.". Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: "Concordo inteiramente, mas eu vou repor os termos. Defendo, como defendi da outra vez, que este tipo de sugestão seja tomada agora, e que as aulas que não foram dadas não sejam consideradas.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "A situação é complicada. Nossa expectativa aqui é absolutamente preventiva, pois nós estamos antecipando um cenário de encerramento de greve, se a greve terminar, já teremos como agir sem que tenhamos que marcar outra reunião. Temos que garantir que as posições divergentes sejam respeitadas. Depois daquela decisão traumática que passamos há algumas Congregações atrás, não podemos chegar e fingir que nada aconteceu. Temos que enfrentar esta realidade.". Com a palavra, o Prof. João Azenha Junior disse: "A meu ver, as recomendações da Congregação estão contempladas diretamente nos itens 1, 2, 4 e 5. O item 3, que tem causado polêmica, me parece que é fruto de outra motivação, e ele diz respeito ao direito individual dos professores. A minha sugestão é que ele seja deslocado para o preambulo da proposta, como princípio, e que a Congregação fique com os outros quatro itens.". Com a palavra, a aluna Thais Regina Pavez disse: "Aproveitando a fala do professor João, nós gostaríamos de discordar desta proposta, justamente pelo que falamos anteriormente, pois nós gostaríamos de fazer a recomendação aos itens 3 e 4 no sentido do que já explicitamos aqui. Sobre o item 2, nós concordamos com os trechos que foram retirados e compreendemos que a decisão anteriormente tomada pela Congregação foi sobre casos particulares, mas nós entendemos que o debate ocorreu de forma geral e que a partir dele, fruto de um longo processo, conseguimos amadurecer a questão e, assim, conseguimos chegar ao resultado da votação daquele dia. Gostaríamos que fosse mantida a redação 'aulas efetivamente dadas'.". Com a palavra, a Profa. Valéria de Marcos disse: "A minha preocupação é que possamos garantir que o curso se mantenha presencial e que, portanto, estas 12 aulas mínimas sejam dadas com frequência e em sala de aula.". Com a palavra, o Prof. Ricardo Ribeiro Terra disse: "Eu ia, depois da votação, declarar o meu voto, mas como esta discussão foi lembrada, eu resolvi falar agora. Eu já falei naquela ocasião, quando estava ocorrendo o processinho de Moscou contra o professor Carlos Alberto, que as

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

patrulhas ideológicas da Congregação iriam tentar tirar direitos individuais dos professores. Se o professor vai dar aula e, devido a uma greve violenta, ele não consegue dar aula, ele não tem o direito de dar falta? Ele é obrigado a considerar aula não dada e é obrigado a repor? Qualquer grupo violento que impede o professor de dar aula vai dizer o que os professores têm que fazer? O que é isso? O que estamos propondo quando tiramos a competência do professor é isso. Se cada professor não pode decidir, quer dizer que qualquer grupo violento irá decidir por ele. Isso é a destruição da liberdade de caráter e a destruição da universidade. É melhor deixarmos algum fascista de esquerda dirigir a universidade.". Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani <u>Filho</u> disse: "Antes de dar a minha opinião, eu quero dizer que eu vou repor as minhas aulas, todas que eu puder, mas eu acho que esta discussão sobre o que é aula dada e o que não é aula dada não é relevante. O que é relevante é nós decidirmos se os professores que não fizeram greve têm ou não o direito de se posicionar a favor ou contra repor aula. Esta é a questão, e é o que me parece estar no espírito inicial do texto que o Sergio expôs, assim como na proposta do Brasílio, ou seja, todos os direitos individuais dos estudantes e dos docentes serão preservados na medida do possível. Caso este for o caso, não é possível ter a cláusula que diz 'desde que o item dois seja cumprido'. Reconheço que isto tem um potencial combustível muito maior do que nós desejamos, mas se a nossa intenção é expressar uma posição que garanta os direitos de todos, dos que fizeram e dos que não fizeram greve, infelizmente, é preciso que a possibilidade da reprovação esteja contemplada com todas as letras em nossa declaração. Se o professor julgar, por não ter feito greve, que não se sente obrigado a repor aulas, eu acho que temos que dar as condições para ele manter a sua posição. Ele tem que estar ciente do preço que ele vai pagar por isso, porque ele poderá ser estigmatizado pela Faculdade, o que certamente acontecerá. Não podemos deixar de contemplar esta possibilidade.". Com a palavra, o Prof. Marcelo Cândido da Silva disse: "Eu entendo que a discussão de hoje é política e, do ponto de vista pessoal, eu fico contente em ouvir os alunos falarem o quanto as aulas são importantes. Confesso que nas últimas semanas isso me fez falta. Não podemos ser contraditórios em relação a posições que a Faculdade já tomou. A nota do CTA sinalizou em uma direção, dizendo que os professores que não conseguissem dar aulas se manifestassem nas respectivas Direções. Não podemos abandonar estes colegas. Em nome da coerência e de princípios básicos que regem a convivência entre nós, não podemos abandonar os nossos colegas que tomaram uma decisão a partir da orientação que lhes foi dada por uma instância desta Faculdade, o CTA. Evitar que a coisa se incendeie não é o que estamos fazendo aqui? Porém, o incêndio já existe. Os próprios alunos sabem bem disso, pois nas duas últimas Assembleias dos Estudantes podemos observar que já estamos nas raias da agressão física. O problema é que os

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542543

544

atores que costumavam apagá-lo já não conseguem mais. Eu insisto, é uma questão de princípio, não podemos abandonar nossos colegas que seguiram a orientação do CTA. Não acho isso correto.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "É bom acrescentar que a decisão do CTA de recomendar o registro porque, como no caso do professor Moura, houve dificuldades do registro da lista de presenças. Eu me lembro que o texto do CTA era uma recomendação, ele estava fazendo uma advertência. Ninguém vai entrar em julgamento a respeito da greve, mas as pessoas devem ter clareza de que os atos possuem consequências. Como foi dito, o professor que tomar esta decisão porque estava lá e não conseguiu dar aulas, sua ação terá consequências. Estamos lidando com um cenário politicamente muito sensível, por isso, este é o momento que temos que contemplar a diversidade e respeitá-la, para que possamos chegar a uma solução razoável e não precisemos chegar a extremos. A expectativa que temos é que se a greve se encerrar e caso consigamos estender o semestre até o dia 21, mesmo aqueles que estavam lá para dar as suas disciplinas e foram impedidos, que eles se sintam a vontade para terminar o semestre. Agora, nós não podemos fazer aqui senão um apelo, uma recomendação, estabelecer o diálogo e de uma acordo razoável, que minimize as perdas dos cursos. Desta forma, teremos algum controle racional sobre os desdobramentos das nossas ações. Não podemos agir passionalmente. Temos que considerar que estamos vivendo um momento diferente, a sabedoria acumulada é boa, mas não é um norte definitivo. Temos que enfrentar as dificuldades e estabelecer princípios razoáveis que orientem os professores e as Comissões, para que de alguma maneira possamos chegar ao encerramento do semestre em condições minimamente aceitáveis.". Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves da Silva disse: "Quero fazer uma proposta para o item 3. Acho que não precisamos expressar este texto de forma tão pontual assim, porque se estamos dizendo no item 1 que vamos estender as aulas até dia 21 de dezembro e que no item 2 estamos falando que será 12 a 13 aulas, e se a gente calcula que serão 15 aulas o semestre letivo, então a reposição é sobre 2 ou 3 aulas de reposição, o que fica a critério do professor dar ou não.". Com a palavra, o Senhor Diretor disse: "Eu acho que devemos ser minimalistas, porque senão começaremos a legislar, o que não é o nosso intuito. O objetivo é estabelecer princípios de um acordo que permita chegarmos ao final do semestre. Proponho que votemos item por item.". O Senhor Diretor coloca em votação os itens: 1. Face aos acontecimentos, o calendário letivo será estendido até 21 de dezembro, o que significa, neste momento, mais 06 semanas de aulas; incluir na extensão das aulas os sábados e a possível supressão de feriados. 2. O mínimo de aulas efetivamente dadas para não anular a disciplina: 12 ou 13 semanas dependendo do dia da semana do curso respectivo. 3.Competência de cada professor para decidir repor ou não as aulas. 4.Delegar às coordenações de cada curso de

graduação junto com as chefias de departamento o planejamento da extensão do semestre.
5.Gestões para flexibilização da data de entrega da primeira avaliação. Proposta do item 1:
Após votação, o item 1 foi APROVADO com 1 abstenção. Proposta do item 2: Após votação,
o item 2 foi APROVADO com 1 abstenção. Proposta do item 3: Após votação, o item 3 foi
APROVADO com 6 abstenções. Proposta do item 4: Após votação, o item 4 foi APROVADO
com 1 abstenção. Proposta do item 5: Após votação, o item 5 foi APROVADO com 1
abstenção. Com a palavra, o Prof. Ricardo Ribeiro Terra disse: "Quero justificar a minha
abstenção. Eu concordo que há contradição entre as decisões de hoje e a perseguição contra o
Carlos Alberto na outra sessão da Congregação. É claro que o que ali foi decidido, só é válido
para aquele processo, mas é incrível que o princípio geral que norteou o processo contra o
professor é o mesmo que foi aprovado hoje com 6 abstenções. Acho lamentável esta posição da
Congregação. Falar que iremos manter o nível depois da interrupção de quatro semanas é uma
ficção. Sou professor há 42 anos e esta é a época em que se instaura a farsa da reposição.".
Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada. E, para constar, eu, Rosângela Duarte
Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata que
assino juntamente com o Senhor Diretor. São Paulo, 11 de novembro de 2013.